Nome	Quadro	Grupo	Escola	DRE
Maria Rosário Amaral Soares Costa Moreira Silva	PQND	20	ES/3 Esmoriz	Centro.
Teresa Dulce Carvalho Lopes Gomes (*)	PQND	06	EB 2,3 Pevidém	Norte.

(*) Início em 1 de Outubro de 2004.

30 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Diogo Simões Pereira*.

Direcção Regional de Educação do Algarve

Despacho n.º 1959/2005 (2.ª série). — I — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o Decreto Regulamentar n.º 9/2004, de 28 de Abril, tendo em atenção as disposições do Código do Procedimento Administrativo, no uso das competências próprias e no uso das competências que me são delegadas pelo despacho n.º 23 223/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 266, de 12 de Novembro de 2004, e pelo despacho n.º 24 983/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 283, de 3 de Dezembro de 2004, delego e subdelego no director de serviços de Recursos Materiais, licenciado Augusto Bessa Pinto de Miranda, as seguintes competências:

- 1) Executar todos os actos preparatórios necessários ao lançamento de concursos para a realização de obras, fornecimentos e aquisições de bens e serviços incluídos em planos de execução já aprovados e de acordo com a lei em vigor;
- 2) Aprovar os autos de recepção provisória ou definitiva;
- 3) Autorizar a prorrogação do prazo contratual até 60 dias por motivos cuja responsabilidade não seja imputada aos empreiteiros ou fornecedores;
- 4) Autorizar a libertação de garantias bancárias e de depósitos de garantias em todos os processos em que as mesmas tenham sido prestadas;
- 5) Autorizar a transferência de mobiliário e material didáctico entre os estabelecimentos de educação e ensino não superior na região.

II — Consideram-se expressamente ratificados todos os actos praticados desde 21 de Julho de 2004 pelo director de serviços de Recursos Materiais, no âmbito dos poderes agora delegados e subdelegados.

6 de Janeiro de 2005. — O Director, *João Manuel Viegas Libório Correia*.

Despacho n.º 1960/2005 (2.ª série). — I — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o Decreto Regulamentar n.º 9/2004, de 28 de Abril, tendo em atenção as disposições do Código do Procedimento Administrativo, no uso de competências próprias e no uso das competências que me são delegadas pelo despacho n.º 23 223/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 266, de 12 de Novembro de 2004, e pelo despacho n.º 24 983/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 283, de 3 de Dezembro de 2004, delego e subdelego no director de serviços de Recursos Humanos, licenciado Eduardo Rafael do Carmo Dias, as seguintes competências:

- 1) Homologar as colocações de docentes resultantes de concurso, bem como homologar contratos nos termos da legislação aplicável;
- 2) Homologar os contratos de prestação de serviço docente celebrados ao abrigo da Portaria n.º 367/98, de 29 de Junho, na redacção introduzida pela Portaria n.º 1046/2004, de 16 de Agosto;
- 3) Proferir despacho a autorizar a prorrogação de prazo a que se refere o n.º 2 do artigo da Portaria n.º 367/98, de 29 de Junho, na redacção introduzida pela Portaria n.º 1046/2004, de 16 de Agosto;
- 4) Homologar as propostas de colocação de pessoal docente apresentadas pelos estabelecimentos de ensino, após esgotadas as possibilidades resultantes de concurso;
- 5) Homologar as propostas de colocação dos professores de técnicas especiais;
- 6) Homologar as propostas de colocação de docentes não pertencentes aos quadros para a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica e de outras confissões religiosas;
- 7) Denunciar, rescindir e autorizar a rescisão de contratos de docentes nos termos da lei;
- 8) Autorizar a prorrogação de contratos de substituição temporária de pessoal docente do 1.º ciclo e educação pré-escolar, autorizados nos termos da legislação aplicável;

- 9) Autorizar o pessoal docente e não docente a tomar posse em local diferente daquele em que foram colocados;
- 10) Autorizar as licenças e dispensas previstas no capítulo VI da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, relativamente a pessoal docente e não docente;
- 11) Autorizar a prestação de horas extraordinárias ao pessoal docente, ao abrigo do n.º 4 do artigo 83.º do Estatuto da Carreira Docente;
- 12) Autorizar a prestação de serviço extraordinário e em dias de descanso semanal, complementar ou feriadados ao pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário;
- 13) Proceder à afectação e distribuição de pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho;
- 14) Autorizar o abono de vencimento de exercício perdido pelos presidentes de órgãos de gestão;
- 15) Autorizar a acumulação de cargos pedagógicos nos termos da legislação em vigor;
- 16) Assegurar e coordenar o processo de colocação de professores para os cursos nocturnos dos 1.º e 2.º ciclos do ensino recorrente;
- 17) Homologar o processo eleitoral respeitante às comissões executivas instaladoras;
- 18) Dar posse aos professores dos quadros de zona pedagógica;
- 19) Denunciar, rescindir e autorizar a rescisão de contratos de pessoal não docente nos termos da lei;
- 20) Movimentar pessoal não docente no respectivo quadro distrital de vinculação;
- 21) Autorizar a mobilidade de pessoal não docente nos limites das quotas fixadas;
- 22) Homologar o parecer da junta médica regional nas situações previstas na Portaria n.º 1213/92, de 24 de Dezembro;
- 23) Emitir parecer relativo a acumulações de serviço com actividades privadas;
- 24) Autorizar acumulações de serviço de pessoal docente com actividades públicas, nos termos da lei em vigor;
- 25) Autorizar licenças sem vencimento até 90 dias ao pessoal docente e não docente dos estabelecimentos de educação e de ensino;
- 26) Autorizar destacamentos de orientadores de estágios dos ramos educacionais e de estágios integrados que funcionem em estabelecimentos de ensino.

II — Consideram-se expressamente ratificados todos os actos praticados desde 21 de Julho de 2004 pelo director de serviços de Recursos Humanos no âmbito dos poderes agora delegados e subdelegados.

6 de Janeiro de 2005. — O Director Regional de Educação do Algarve, *João Manuel Viegas Libório Correia*.

Despacho n.º 1961/2005 (2.ª série). — I — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o Decreto Regulamentar n.º 9/2004, de 28 de Abril, tendo em atenção as disposições do Código do Procedimento Administrativo, no uso de competências próprias e no uso das competências que me são delegadas pelo despacho n.º 23 223/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 266, de 12 de Novembro de 2004, e pelo despacho n.º 24 983/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 283, de 3 de Dezembro de 2004, delego e subdelego na directora de serviços Pedagógicos, Acção Social e Desporto Escolar, licenciada Maria Laureta de Brito Pires Basto, as seguintes competências:

- 1) Promover o levantamento das situações de carência de docentes na educação especial;
- 2) Estabelecer critérios de orientação para a elaboração de horários dos intervenientes na profissionalização, em colaboração com os serviços centrais competentes;
- 3) Autorizar a dispensa de frequência de Língua Estrangeira I e ou II a alunos vindos de sistemas educativos estrangeiros;